

C B H P M

Líder do governo lutará pelo Projeto de Lei



Da esq. p/ dir.: Deputado Arlindo Chinaglia e Dr. José Luiz Gomes do Amaral

Em 1º de maio de 2006, representantes da Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos estiveram reunidos com o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), médico e atual líder do governo na Câmara, na sede da AMB, em São Paulo, para discutir a aprovação do Projeto de Lei 3466/2004, que referencia a CBHPM no sistema suplementar de saúde em âmbito nacional.

Após esclarecimentos do presidente da AMB, Dr. José Luiz Gomes do Amaral, sobre a tramitação do Projeto – aprovado pelas Comissões de Seguridade Social e Família; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Constituição e Justiça e de Cidadania; assim como o regime de urgência para votação em plenário –, o deputado garantiu que trabalhará ao lado das entidades médicas para que a proposta “vá à votação e seja aprovada ainda este ano”.



Mobilização deve continuar

Durante encontro entre a Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM (CNCD) e as Comissões Estaduais de Honorários Médicos, realizado em Campo Grande (MS), no dia 27 de abril de 2006, foram decididas diversas questões, confira as principais a seguir:

Unidas – O diretor de Integração da Unidas, Aníbal de Oliveira Valença, divulgou a aprovação pelo grupo da 4ª edição da CBHPM e da Resolução Normativa nº 1/2006 da Comissão Nacional de Honorários, que aprimora com 86 alterações. Diante disso, a CNCD recomenda que as Comissões Estaduais de Honorários Médicos retomem as negociações com as superintendências estaduais da Unidas a fim de implantar a nova edição da CBHPM.

Unimed – A CNCD solicita às Comissões Estaduais que procurem mapear todas as singulares de seu Estado e as atuais condições de remuneração do médico cooperado, assim como os procedimentos cobertos. É imprescindível na atual fase do movimento médico que haja uma comunicação oficial a todas as Unimed que ainda não adotaram a CBHPM solicitando um cronograma de implantação. Os argumentos e dificuldades levantados pelas diretorias das singulares devem ser registrados para posterior avaliação.

Medicina de Grupo – Para este segmento, a decisão foi sugerir às Comissões Estaduais que elejam uma ou duas operadoras como alvo do movimento. A partir daí, deve haver uma solicitação formal aos diretores dos planos no sentido de retomar as negociações pela implantação da CBHPM. Ao mesmo tempo, as Comissões Estaduais devem estar em contato com os médicos credenciados a essas empresas com o objetivo de debater estratégias para dissuadi-las. Os resultados deste trabalho deverão ser analisados dentro de dois meses, quando se pretende definir um plano nacional de ação.

Seguradoras – No que tange às seguradoras, a CNCD está na eminência de iniciar negociações nacionais com empresas representativas do segmento. Os avanços serão comunicados assim que possível.

Divulgação – A CNCD ressalta a necessidade de todos os médicos envolvidos no movimento colaborarem na disseminação das informações, distribuindo os boletins, publicando notícias sobre a CBHPM nos informativos das entidades, respondendo aos questionamentos da Comissão Nacional e acessando o site: www.amb.org.br, onde está todo o material disponível.